

FREDIE DIDIER JR.
PAULA SARNO BRAGA
RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA

14^a
edição

revista, atualizada
e ampliada

Curso de Direito
PROCESSUAL
CIVIL

Teoria da Prova, Direito Probatório,
Decisão, Precedente, Coisa Julgada
e Tutela Provisória

2

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 14ª edição	23
Nota dos autores à 10ª edição	25
Prefácio	29
Capítulo 1 ► Audiência de Instrução e Julgamento	33
1. Conceito e generalidades	33
2. Conteúdo e estrutura	35
2.1. Considerações iniciais	35
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial	36
2.3. Tentativa de autocomposição	36
2.4. Produção das provas orais	37
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas)	38
2.6. Sentença	39
2.7. Conversão do julgamento em diligência	39
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência	40
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento	41
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão	44
6. A audiência pública	45
Capítulo 2 ► Teoria Geral da Prova e Parte Geral do Direito Probatório	49
1. Noções introdutórias	49
2. Acepções da palavra “prova”	50
3. Meios e fontes de prova	51
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova .	53
5. Classificação da prova	55
6. Prova e busca da verdade	57
7. Finalidade da prova	62
8. Destinatário da prova	64
9. Objeto da prova	65
9.1. Observação preliminar	65
9.2. Características do fato probando	66

9.2.1.	Controvérsia	66
9.2.2.	Relevância	66
9.2.3.	Determinação	66
9.3.	Fatos que independem de prova (art. 374, CPC)	67
9.3.1.	Fato notório	67
9.3.2.	Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso	68
9.3.3.	Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência	69
9.3.3.1.	Conceito de presunção legal	69
9.3.3.2.	Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas	70
9.3.3.3.	Presunções legais relativas	71
9.3.3.4.	Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético	72
9.3.3.4.1.	O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ	72
9.3.3.4.2.	A aplicação dessas regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética	74
9.3.3.5.	A necessidade de construção do conceito de presunções normativas. As presunções negociais.	76
9.4.	Prova da fonte normativa e prova da interpretação das fontes normativas (“prova do Direito”)	77
9.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro	79
10.	Regras da experiência, indícios e presunções	79
10.1.	As regras da experiência	79
10.1.1.	Generalidades	79
10.1.2.	Espécies de regras da experiência	81
10.1.3.	Distinção entre regra da experiência e fato notório	81
10.1.4.	Funções da regra da experiência	82
10.2.	Indícios e presunções judiciais	82
10.2.1.	Indícios	82
10.2.2.	A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções	84
10.2.3.	Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”)	87
10.2.4.	A prova prima facie	88
10.2.5.	Prova por amostragem	90
10.2.6.	Prova de uma história	94
11.	Procedimento probatório	95
12.	Natureza jurídica das normas sobre prova	96
13.	Normas estruturantes do direito probatório	100
13.1.	Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual	100

13.2. Aquisição processual da prova	110
13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória	110
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	111
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas	112
13.4. Proibição de prova ilícita	114
13.4.1. Generalidades	114
13.4.2. Prova moralmente ilegítima	114
13.4.3. Prova ilícita e prova ilegítima	115
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude	115
13.4.5. Provas ilícitas por derivação	116
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal	116
13.4.7. Prova ilícita negocial	117
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente	117
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade	119
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	119
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil	120
13.4.12. Proibição de prova ilícita e aplicativos de mensagens.	121
13.4.13. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade	123
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional	123
13.5.1. Generalidades	123
13.5.2. “Livre” convencimento motivado	124
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz	124
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório	124
13.5.3.2. Motivação racional	125
13.5.3.3. Motivação controlável	126
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal	126
13.5.3.5. Respeito às regras da experiência	128
13.6. Ônus da prova	128
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	128
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	132
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova	133
13.6.3.1. Generalidades	133
13.6.3.2. A “inversão ope legis” do ônus da prova	135
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	136
13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo	139
13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova	142
13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	145

13.6.5.1. Generalidades	145
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais	146
13.6.5.2.1. Decisão motivada	146
13.6.5.2.2. Momento da redistribuição	147
13.6.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa	148
13.6.5.2.4. Regra de ônus da prova que pode ser alterada por decisão judicial	149
13.6.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	149
13.6.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo ...	152
14. Prova emprestada	154
14.1. Generalidades	154
14.2. Respeito ao contraditório	154
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada	155
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça	155
14.5. Prova produzida por juízo incompetente	156
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível	156
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova	157
16. Conexão probatória e cooperação jurisdicional nacional (art. 69, CPC).	161
Capítulo 3 ► Produção Antecipada da Prova	163
1. Generalidades	163
2. Natureza jurídica	165
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial	166
4. O processo de justificação	168
5. Competência	169
6. Competência para a produção antecipada de prova e arbitragem	170
7. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova	171
8. Citação dos interessados	172
9. Despacho inicial e esboço do procedimento	174
10. Defesa e recursos	174
11. Pedido contraposto de produção antecipada de prova	175
12. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo	177
13. Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos	178
14. honorários advocatícios de sucumbência	179
Capítulo 4 ► Depoimento Pessoal	181
1. Noções gerais	181

2. Espécies: o depoimento por provocação e o interrogatório	182
3. Depoimento do presentante e do representante	184
4. Recusa de depor	185
4.1. Noção	185
4.2. Escusa de depor	185
4.2.1. Noção	185
4.2.2. Direito ou dever de silêncio	186
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes	187
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional	190
4.2.5. Regra geral de escusa	192
5. Procedimento do depoimento	192
Capítulo 5 ► Confissão	195
1. Generalidades	195
2. Natureza jurídica	196
3. Distinções	197
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido	197
3.2. Confissão e admissão	199
4. Espécies de confissão	200
5. Eficácia da confissão	201
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados	203
7. A eficácia da confissão por representante	205
8. Irrevogabilidade da confissão	206
9. Invalidação da confissão	206
9.1. Generalidades	206
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo	207
9.3. O erro de fato como causa de invalidação	208
10. Indivisibilidade da confissão	210
Capítulo 6 ► Prova Documental, Ata Notarial e Exibição de Documento ou Coisa	211
1. Conceito de documento	211
2. Documento e prova documental	215
3. Prova documental e prova documentada	216
4. Importância da prova documental	219
5. Elementos do documento	220
5.1. Autoria do documento	220

5.1.1. Autoria material e autoria intelectual	220
5.1.2. Documento autógrafa e heterógrafo	221
5.1.3. Documentos públicos e particulares	221
5.1.4. Subscrição e identificação da autoria	222
5.1.5. Autenticidade	224
5.2. Conteúdo	224
5.3. Suporte	226
6. Documento e instrumento	227
7. Data do documento	228
8. Eficácia probatória do documento	230
8.1. Introdução	230
8.2. Força probante dos documentos públicos	230
8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público	230
8.2.2. A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização da expressão “prova plena”	232
8.2.3. O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC)	234
8.2.4. O documento público irregular (art. 407, CPC)	236
8.3. Força probante dos documentos particulares	238
8.3.1. Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, caput, CPC)	238
8.3.2. Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC) ..	240
8.3.3. Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados	240
8.3.4. Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação	241
8.3.5. Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil	243
8.3.6. Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC)	244
8.4. Originais, cópias, certidões e traslados	245
9. Ata notarial (art. 384, CPC)	248
10. Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade	252
11. Documento eletrônico	253
11.1. Noção	253
11.2. Segurança e confiabilidade	254
11.3. O processo em autos eletrônicos	258
11.4. O documento eletrônico no processo em autos de papel	259
12. Blockchain	260
12.1. O que é blockchain	260
12.2. Segurança e imutabilidade	263

12.3. Transparência	265
12.4. Blockchain como prova atípica	265
12.5. Ethereum e a ampliação do uso da blockchain	267
13. Produção da prova documental	268
13.1. Momentos da proposição e da produção da prova	268
13.2. Juntada posterior de documentos	270
13.3. Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC)	271
13.4. Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC)	272
14. Meios de obtenção da prova documental	273
14.1. Requisição de documentos (art. 438, CPC)	273
14.2. Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC)	276
14.2.1. Generalidades	276
14.2.2. Pedido de exibição formulado em face da parte adversária	277
14.2.3. Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular	282
14.2.4. Exibição de documentos e negócios processuais. O Redfern Schedule.	284
15. Arguição de falsidade	285
15.1. Noção	285
15.2. Natureza jurídica e finalidade	286
15.3. Legitimidade e interesse	287
15.4. Procedimento	288
Capítulo 7 ► Prova Testemunhal	291
1. Noções gerais	291
2. Admissibilidade da prova testemunhal	292
3. Capacidade para testemunhar	294
3.1. Generalidades	294
3.2. Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei n. 13.431/2017	295
3.3. Impedidos de testemunhar.	298
3.4. Suspeitos para testemunhar.	299
3.5. O art. 228 do Código Civil.	300
3.6. A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas.	300
4. Direito ao silêncio	301
5. Local e tempo do testemunho	301
6. Juntada do rol e intimação da testemunha	304
7. Substituição da testemunha	306
8. Procedimento de colheita do depoimento	307

8.1. Método de inquirição	307
8.2. Qualificação e contradita	307
8.3. Compromisso e escusa de depor	308
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz	308
8.5. Testemunho em língua estrangeira e em Libras	311
8.6. Dever de urbanidade	311
8.7. Testemunhos em conferência (witness conferencing ou hot tubbing).	312
8.8. Testemunho por escrito (witness statement).	313
9. Documentação do testemunho	314
Capítulo 8 ► Prova Pericial	317
1. Conceito e generalidades	317
2. Fontes da prova pericial	320
3. Espécies de perícia	322
4. O perito e o assistente técnico	324
4.1. O perito e suas funções	324
4.2. Requisitos para escolha do perito	328
4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa. Expert teaming.	332
4.4. Escusa e recusa do perito	334
4.5. Substituição do perito	336
4.6. Assistente técnico e suas funções	337
4.7. Quadro comparativo	338
5. Admissibilidade	338
6. Procedimento de produção da prova pericial	340
6.1. Requerimento ou determinação de ofício	340
6.2. Nomeação do perito, indicação do assistente e formulação de quesitos	341
6.3. Realização da perícia	343
6.4. Conteúdo do laudo pericial	345
6.5. Manifestação das partes. Esclarecimentos do perito	347
7. perícia em local diverso	350
8. perícia simplificada	351
9. Escolha consensual do perito	352
10. valoração do resultado da perícia. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia” ..	353
11. Despesas	358
Capítulo 9 ► Inspeção Judicial	363
1. Noção	363

2. Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção ...	363
3. Inspeção como prova principal e única	364
4. Fonte da inspeção	364
5. Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado	365
6. Inspeção de pessoa (terceiro)	365
7. Inspeção direta e indireta	366
8. Inspeção indireta como perícia informal	366
9. Partes assistidas por expert	367
10. Local da inspeção	367
11. Participação das partes na produção da prova	367
12. Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência	368
13. Documentação da inspeção feita na sede do juízo	368
14. Manifestação sobre resultado da prova	369
Capítulo 10 ► Decisão Judicial	371
1. Nota introdutória	371
2. Sistematização dos pronunciamentos judiciais	372
2.1. Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais	372
2.2. As decisões proferidas pelo juízo singular	372
2.2.1. Generalidades	372
2.2.2. Sentença	372
2.2.3. Decisão interlocutória	374
2.3. As decisões proferidas em órgão colegiado	375
2.4. Decisões unipessoais proferidas em tribunal	376
3. A sentença como norma jurídica individualizada	376
4. Elementos da decisão judicial	380
4.1. Introdução	380
4.2. Relatório	380
4.3. Fundamentação	381
4.3.1. A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação	381
4.3.2. Racionalidade e controlabilidade	384
4.3.3. Integridade e coerência	387
4.3.4. O conteúdo da fundamentação	387
4.3.4.1. Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito	388
4.3.4.2. Fundamentação de fato e fundamentação de direito	389
4.3.5. Dever de observância das consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB).	395

4.3.5.1.	Introdução	395
4.3.5.2.	O propósito do art. 20 da LINDB	396
4.3.5.3.	Estrutura normativa	397
4.3.5.3.1.	Postulado hermenêutico	397
4.3.5.3.2.	Dever de motivação	401
4.3.5.3.3.	O art. 20 da LINDB e o art. 489 do CPC	403
4.3.5.4.	O dever de considerar as consequências práticas da decisão	403
4.3.5.4.1.	Introdução: o pragmatismo jurídico e seus riscos	403
4.3.5.4.2.	Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão	405
4.3.5.5.	Conclusão do ponto e balanço crítico	409
4.3.6.	Decisão sem fundamentação	411
4.3.6.1.	Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente	411
4.3.6.2.	Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC)	411
4.3.6.2.1.	Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I)	412
4.3.6.2.2.	Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II)	415
4.3.6.2.3.	Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III) ..	419
4.3.6.2.4.	Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV)	420
4.3.6.2.5.	Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V)	424
4.3.6.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI)	426
4.3.6.2.7.	Decisão que deixa de indicar as consequências práticas da solução adotada com base em princípio normativo menos densificado	428
4.3.6.2.8.	Outros exemplos	428
4.3.6.2.9.	Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organização do processo prevista no art. 357, CPC.	432
4.3.6.3.	Consequência da ausência de fundamentação	433

4.3.6.4.	O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatórios	435
4.3.7.	A fundamentação e a coisa julgada	436
4.4.	Dispositivo	439
4.4.1.	Conceito	439
4.4.2.	A teoria dos capítulos de sentença	443
4.4.3.	Repercussões da teoria dos capítulos de sentença	446
5.	Requisitos da decisão judicial	448
5.1.	A congruência da decisão judicial	448
5.2.	A congruência externa	449
5.2.1.	Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC	449
5.2.2.	A congruência objetiva	452
5.2.2.1.	Decisão ultra petita	452
5.2.2.2.	Decisão extra petita	456
5.2.2.3.	Decisão citra petita	460
5.2.2.3.1.	Generalidades	460
5.2.2.3.2.	Espécies de decisão citra petita	460
5.2.2.3.3.	Problemas específicos da decisão citra petita	464
5.2.3.	A congruência subjetiva	465
5.3.	A congruência interna	468
5.3.1.	Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido	468
5.3.2.	Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional	469
5.3.3.	Liquidez	473
5.3.4.	Clareza e coerência	479
6.	Interpretação da decisão judicial	482
7.	Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas	489
8.	Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissibilidade	491
8.1.	As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”	491
8.2.	Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito)	494
9.	A decisão e o fato superveniente	496
9.1.	O art. 493 do CPC	496
9.2.	Causa de pedir e causa de defesa supervenientes	498
9.3.	Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC	504
9.4.	Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal	505
10.	A decisão que acolhe exceção substancial dilatória	506
11.	Conteúdo da decisão	512
11.1.	Conteúdo e efeitos: distinção	512

11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo	514
11.2.1. Introdução	514
11.2.2. Decisões condenatórias	517
11.2.3. Decisões constitutivas	519
11.2.4. Decisões meramente declaratórias	523
12. Efeitos da decisão judicial	525
12.1. Eficácia principal	525
12.2. Eficácia reflexa	525
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato)	527
12.3.1. Generalidades	527
12.3.2. Hipoteca judiciária	528
12.4. Eficácia probatória	533
13. Decisão determinativa	534
14. decisão estrutural	536
15. Publicação, retratação e integração da decisão	545
Capítulo 11 ► Precedente Judicial	549
1. Noções fundamentais	549
1.1. Decisão, precedente e ratio decidendi (ou holding)	549
1.2. Obiter dictum (ou dictum)	552
1.3. Identificação da ratio decidendi (ou holding)	555
1.4. Espécies de decisão e precedente	558
1.4.1. Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente	558
1.4.2. Decisão que homologa autocomposição e precedente	559
2. A norma do precedente	560
3. Eficácia jurídica do precedente	561
3.1. Precedente como ato-fato jurídico	561
3.2. Efeitos dos precedentes	562
3.2.1. Generalidades	562
3.2.2. Precedente com eficácia vinculante/obrigatória	563
3.2.3. Precedente com eficácia persuasiva	565
3.2.4. Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões	565
3.2.5. Precedente com eficácia de obstar a invalidação de ato jurídico	567
3.2.6. Precedente com eficácia autorizante	567
3.2.7. Precedente com eficácia rescindente ou deseficazante	569
3.2.8. Precedente que permite revisão de coisa julgada	570
3.3. Precedentes obrigatórios no direito brasileiro	571
3.3.1. Generalidades	571
3.3.2. Classificação pelo procedimento de formação	573

3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal	573
3.3.2.2.	Precedentes cuja ratio decidendi foi enunciada em súmula	574
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	575
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	576
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro	577
3.4.1.	Princípio da legalidade	578
3.4.2.	Princípio da igualdade	578
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	580
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	581
3.4.5.	Princípio do contraditório	582
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção .	583
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais	584
4.1.	Generalidades	584
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	585
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável	585
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes	587
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade	587
4.5.1.	Premissas	587
4.5.2.	Dever de coerência	590
4.5.2.1.	Generalidades	590
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	593
4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica	593
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior	594
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	595
4.5.3.	Dever de integridade	596
5.	A dinâmica do precedente	599
5.1.	Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado	599
5.2.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: distinguishing	603
5.3.	Técnicas de superação do precedente: overruling e overriding	607
5.3.1.	Generalidades	607
5.3.2.	Overruling difuso e overruling concentrado	609
5.3.3.	Fundamentação do overruling	610
5.3.4.	Eficácia temporal da revogação do precedente	613

5.3.5. Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (signaling). Regime de transição e respeito aos atos constituídos sob a orientação anterior (arts. 23 e 24 da LINDB)	615
5.3.6. Superação antecipada (anticipatory overruling)	622
5.3.7. Superação parcial (overriding)	623
6. A “súmula vinculante”	624
Capítulo 12 ► Coisa Julgada	629
1. Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada	629
2. A coisa julgada como efeito jurídico	631
3. Pressupostos para a formação da coisa julgada	632
4. Fundamento constitucional da coisa julgada	633
5. Coisa julgada formal	633
6. Coisa julgada e tríplice identidade	634
7. Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada pro et contra, secundum eventum litis e secundum eventum probationis	636
8. Coisa julgada e negócios processuais	637
9. Limites objetivos da coisa julgada	639
9.1. Generalidades	639
9.2. Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial	639
9.2.1. Questão principal e questão incidental	639
9.2.2. Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	640
9.2.3. Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu	641
9.3. Questão principal expressamente decidida	642
9.4. Decisão de mérito	643
9.5. Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial	643
9.6. Decisões de conteúdo processual e coisa julgada	646
9.7. Incidentes processuais e coisa julgada	649
9.8. Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	650
9.8.1. Conceito de questão prejudicial	650
9.8.2. Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida	651
9.8.3. Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolutivo do recurso	653
9.8.4. Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental	653
9.8.5. Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental	654
9.8.5.1. Objeção de impertinência	654

9.8.5.2.	Objecção de ausência de contraditório	654
9.8.5.3.	Objecção de incompetência	656
9.8.5.4.	Objecção de cognição insuficiente	657
9.8.5.5.	Objecção de ausência de remessa necessária.	657
9.8.6.	Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental	658
9.8.7.	Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental	659
9.8.8.	Questão prejudicial principal	659
9.8.9.	A sobrevivência da ação declaratória incidental	659
9.8.10.	Ação declaratória autônoma	660
9.8.11.	Direito transitório	661
9.9.	Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	661
10.	Limites subjetivos da coisa julgada	662
10.1.	Regra geral	662
10.2.	Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros	663
10.3.	Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	665
11.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	668
12.	Limites temporais da coisa julgada	671
12.1.	Generalidades	671
12.2.	Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I)	672
12.3.	Instrumentos de controle da coisa julgada	677
12.4.	Teoria da relativização atípica da coisa julgada	678
13.	Coisa julgada e ações concorrentes	682
 Capítulo 13 ► Tutela Provisória		683
1.	Noções gerais	683
1.1.	Tutela definitiva: satisfativa e cautelar	683
1.2.	Características da tutela cautelar	684
1.2.1.	Referibilidade e temporariedade	684
1.2.2.	A coisa julgada cautelar	685
1.3.	Síntese	688
2.	“Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva	689
2.1.	Generalidades	689
2.2.	Características	690
2.3.	Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar	691
3.	Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais	692
3.1.	Introdução terminológica.	692
3.2.	Fundamento: urgência ou evidência	694

3.3.	Forma de requerimento: incidental ou antecedente	695
3.4.	Legitimidade	697
3.5.	Cabimento	700
3.6.	Momento da concessão	702
3.6.1.	Considerações iniciais	702
3.6.2.	Liminarmente	703
3.6.3.	Na sentença	706
3.6.4.	Em grau recursal	706
3.7.	Manifestação do requerido	707
3.8.	Instrução	708
3.9.	Decisão	709
3.10.	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo	710
3.11.	Recurso	712
3.12.	Efeitos antecipáveis	712
3.13.	Forma de efetivação	714
3.14.	Concessão de ofício	718
4.	Tutela provisória de urgência	719
4.1.	Considerações iniciais	719
4.2.	Pressupostos gerais	721
4.2.1.	Probabilidade do direito	721
4.2.2.	Perigo da demora	722
4.3.	Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa	725
4.4.	Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente	728
4.5.	Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada)	730
4.5.1.	Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro	730
4.5.2.	Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada ..	732
4.5.2.1.	Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente.	733
4.5.2.2.	Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva.	733
4.5.2.3.	Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente.	735
4.5.2.4.	Inércia do réu.	735
4.5.2.5.	Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema.	738
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada	739
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitória	740
4.5.5.	Despesas processuais e estabilização da tutela satisfativa antecedente	742

4.5.6. Aplicação da técnica da estabilização da tutela provisória à tutela requerida em caráter incidental e à tutela provisória de evidência	743
4.6. Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	744
4.7. Fungibilidade das tutelas de urgência	747
5. Tutela provisória de evidência	748
5.1. Conceitos fundamentais	748
5.2. Pressupostos	750
5.2.1. Noções iniciais	750
5.2.2. Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte	752
5.2.3. Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório	756
5.2.4. Tutela de evidência documentada de contrato de depósito	759
5.2.5. Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente	761
6. Tutela provisória contra a Fazenda Pública	762
6.1. Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual	762
6.2. Panorama doutrinário	765
6.3. Panorama jurisprudencial	769
6.4. Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009)	772
6.5. Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público	774
6.6. Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária	775
Bibliografia	777